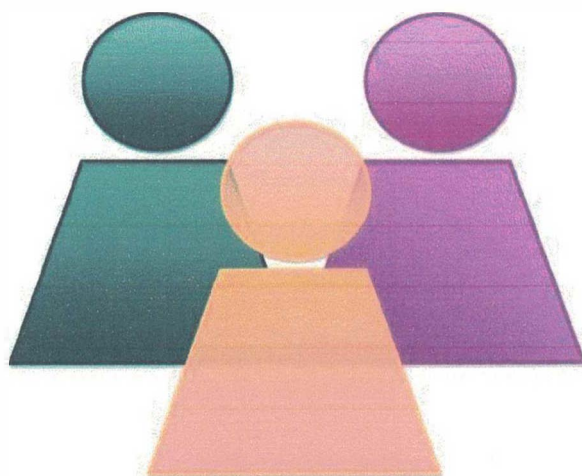


ESTADO DO MARANHÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SUCUPIRA DO RIACHÃO

# Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2020



**Uma Sucupira Para todos**

Recebido em:  
30/04/2019

*[Handwritten signature]*

**MENSAGEM N° 002/2019**

Sucupira do Riachão – MA, 22 de abril de 2019.

Excelentíssimo Senhor  
Vereador **Pedro Henrique Leite de Carvalho**  
Presidente da Câmara Municipal de Sucupira do Riachão

Senhor Presidente,  
Demais Senhoras e Senhores Vereadores,

Tenho a honra de submeter à apreciação dessa Egrégia Câmara Municipal o incluso Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2020, a qual orientará a elaboração da Lei Orçamentária Anual.

O projeto de lei foi elaborado com base nas metas e prioridades da administração, garantindo viabilidade para o desenvolvimento social e econômico do Município na busca pela melhoria da qualidade de vida e mantida a visão de responsabilidade e de comprometimento que tem pautado a atual gestão municipal.

Elaborado em observância aos ditames legais, sobretudo, aos dispositivos constitucionais e da Lei Complementar 101 de 04 de maio de 2000, que regem a matéria o presente Projeto de Lei foi formulado no sentido de fixar as diretrizes para elaboração e execução do orçamento municipal referente ao exercício vindouro, bem como demonstrar a projeção de um cenário de receita e despesa, em que se exige, ainda mais, do gestor público, a responsabilidade de manter as condições de governabilidade com a administração dos recursos comprometidos com a execução das ações priorizadas para o

exercício competente e a gestão focada nas metas e riscos fiscais, conforme indicado nos anexos.

Os indicadores econômicos que nortearam a elaboração das metas fiscais e a projeção das receitas e despesas para os dois exercícios subsequentes foram extraídos do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia Estatística), a citar o PIB Estadual e IPCA (Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo). Quanto ao anexo de riscos fiscais, apresentou-se um conjunto de situações inesperadas e incertas capazes de afetar o equilíbrio fiscal e a redefinição das ações programáticas do Orçamento, indicando que a Administração deve acompanhar com frequência tais possibilidades.

Cumprе ressaltar a necessidade do gestor municipal em atender a legislação correlata no que se refere à aplicação dos recursos e as vinculações para a educação, saúde, transferências ao Poder Legislativo e demais obrigações legais a fim de garantir eficiência, eficácia e efetividade na gestão pública.

Posto isso, Senhor Presidente, ao encaminhar o presente Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2020, evidenciando os elementos indispensáveis à apreciação dessa Peça, sirvo-me do ensejo para reforçar meu propósito em realizar uma gestão transparente com democracia participativa e contemplar o controle institucional e social a fim de zelar pelo interesse comum. Aproveito para renovar a Vossa Excelência e seus ilustres Pares, os meus protestos de distinta consideração.

Gilzania Ribeiro Azevedo

**Prefeita Municipal**

## PROJETO DE LEI Nº 003/2019

**Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária Anual, para o exercício financeiro de 2020, e dá outras providências.**

A Prefeita Municipal de Sucupira do Riachão, Estado do Maranhão, República Federativa do Brasil, no uso de suas atribuições legais, **Faz** saber que a Câmara Municipal aprovou e ela, em nome do povo, sanciona a seguinte Lei:

### CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

**Art. 1º** Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no § 2º, do Art. 165, da Constituição Federal, as Diretrizes Orçamentárias do Município de Sucupira do Riachão para 2020.

**Art. 2º** O Projeto de Lei Orçamentário Anual do Município de Sucupira do Riachão para 2020 será elaborado em consonância com as diretrizes fixadas nesta **LDO**, na Constituição Federal, na Constituição do Estado do Maranhão, na Lei Orgânica do Município, na Lei Federal nº 4.320, de 17.03.1964, e na Lei Complementar nº 101, de 04.05.2000, Lei de Responsabilidade Fiscal.

**Art. 3º** Integram a presente Lei os Anexos de Metas e Prioridades, Metas Fiscais e Demonstrativos de Riscos Fiscais, elaborados em cumprimento ao Art. 4º, Parágrafos 1º, 2º e 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal.

**Art. 4º** As diretrizes orçamentárias estabelecidas nesta **LDO** compreendem:

- I – As prioridades e metas da administração pública Municipal;
- II – A estrutura e organização do orçamento municipal;
- III – As diretrizes para a elaboração e execução do orçamento municipal e suas alterações;
- IV – As disposições relativas às políticas de pessoal; V – As disposições finais.

## CAPÍTULO II DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

**Art. 5º** As metas e as prioridades para o exercício financeiro de 2020 são as especificadas no Anexo I - Metas e Prioridades que integra esta Lei, as quais terão precedência na alocação de recursos, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas, e visam:

- I – A melhoria do atendimento das demandas da população em todos os campos da administração pública, especialmente na Saúde, Educação, Habitação, Transporte, Infraestrutura Urbana e produção, objetivando o desenvolvimento em favor da melhor qualidade de vida da população urbana e rural, oferecendo instrumentos necessários para o pleno exercício da cidadania.
- II – O incremento na arrecadação dos tributos municipais, com o aperfeiçoamento da gestão e diminuição de perdas de arrecadação;
- III – O aumento da capacidade financeira de investimento; IV – A modernização da ação governamental; V – A austeridade na gestão dos recursos públicos.

**Parágrafo único.** Na destinação dos recursos relativos a programas sociais, será conferida prioridade às áreas de maior carência, ou menor índice de desenvolvimento humano.

## CAÍTULO III DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO ORÇAMENTO MUNICIPAL

**Art. 6º** A Proposta Orçamentária será integrada por todos os quadros e anexos previstos na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e suas alterações recomendadas nas Resoluções da Secretaria do Tesouro Nacional.

**Art. 7º** A composição do Orçamento anual terá por base as estruturas organizacionais vigentes do Executivo e do Legislativo, agrupadas por áreas afins, se necessário, e a distribuição dos dispêndios previstos obedecerá à classificação quanto à natureza da despesa e funcional-programática, como estabelecido nas normas mencionadas no artigo anterior, e discriminadas por unidades orçamentárias.

§ 1º cada unidade orçamentária detalhará a despesa por sua natureza, especificando a modalidade de aplicação e os grupos de despesa em seu menor nível, com suas respectivas dotações, conforme a seguir discriminado, e de acordo com sua competência para gerir valores:

- 1 – Pessoal e encargos sociais;
- 2 – Juros e encargos da dívida;
- 3 – Outras despesas correntes;
- 4 – Investimentos;
- 5 – Inversões financeiras;
- 6 – Amortização da dívida;



7 – Reserva de contingência.

§ 2º A Proposta Orçamentária para o exercício de 2020 será apresentada utilizando as classificações orçamentárias dispostas na Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001, e suas alterações, condensadas no Manual de Procedimentos das Despesas Públicas e no Manual de Procedimentos das Receitas Públicas, da Secretaria do Tesouro Nacional.

§ 3º - O programa de trabalho do governo será detalhado por função, programa, subprograma, projeto, atividade e operação especial, agrupados por áreas afins em cada unidade orçamentária, na forma estabelecida no Anexo da Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Planejamento e Orçamento.

§ 4º - O Poder Legislativo Municipal fará a adequação da sua estrutura organizacional para composição do orçamento anual.

**Art. 8º** Para os efeitos desta Lei os termos que detalham a dotação orçamentária devem ter o seguinte entendimento:

I – Função, o maior nível de agregação das diversas áreas de despesa que competem ao setor público;

II – Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando a concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;

III – Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação governamental;

IV – Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental; e

V – Operação Especial, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função e a subfunção às quais se vinculam.

**Art. 9º** As propostas de modificações no projeto de Lei orçamentária, bem como nos projetos de créditos adicionais, serão apresentadas com a forma estabelecida para o orçamento, e detalhadas até o nível de elemento de despesa.

**Art. 10** O orçamento compreenderá a programação do Poder Executivo e Legislativo com destaque dos fundos especiais.

**Art. 11** As receitas e as despesas previstas na Lei Orçamentária poderão ser atualizadas no início de cada trimestre se o índice de inflação do mesmo período o justificar.

**Art. 12** O Município obedecerá às seguintes vinculações, na fixação e execução da despesa:

- I - Até 60% (sessenta por cento) das Receitas Correntes líquidas para gastos com Pessoal e Encargos Sociais;
- II - No mínimo 15% (quinze por cento) das receitas derivadas de impostos municipais e transferências constitucionais efetivamente realizadas, nas ações de saúde;
- III - No mínimo 25% (vinte e cinco por cento) das receitas derivadas de impostos municipais e transferências constitucionais efetivamente realizadas, na manutenção e desenvolvimento do ensino;
- IV - No mínimo 60% (sessenta por cento) dos recursos anuais totais do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB serão destinados ao pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede municipal;
- V - A proposta orçamentária para a Câmara Municipal será fixada no limite de até 7% (sete por cento) das receitas mencionadas no Artigo 29-A da Constituição Federal;
- VI - A reserva de contingência estabelecida no art. 5º, alínea III, da Lei Complementar nº 101, de 04.05.2000, corresponderá a 3,00% da receita corrente líquida prevista.

#### **CAPÍTULO IV DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO MUNICIPAL E SUAS ALTERAÇÕES**

**Art. 13** Para estimar a Receita a ser arrecadada no exercício de 2020, serão considerados os valores do Demonstrativo da Receita do Plano Plurianual – PPA para o período 2018/2021, podendo haver ajustes resultantes das alterações da política fiscal e monetária oficial e das modificações da legislação tributária, dentre outros aspectos, observando o equilíbrio entre receitas e despesas, como recomendado na Lei de Responsabilidade Fiscal, Art. 4º, inciso I, alínea a. Para assegurar o equilíbrio da programação orçamentária, o Poder Executivo poderá:

- I – Alterar metas e compatibilizar receitas e despesas no Projeto de Lei de Reformulação do PPA;
- II – Corrigir os valores da receita e despesa no decorrer do exercício financeiro, de acordo com os índices oficiais do governo Estadual e Federal;
- III – Incluir no Projeto de Lei Orçamentária Anual – LOA as propostas de alteração do Plano Plurianual – PPA motivadas por projetos de leis específicas.

**IV** – Redistribuir, por decreto, as dotações da mesma origem de uma para outra atividade ou projeto da mesma unidade orçamentária, quando considerada indispensável que se realize.

**Art. 14** O Quadro de Detalhamento de Despesa, instrumento componente da LOA, se constitui quadro auxiliar do controle da execução orçamentária, não caracterizando alteração do orçamento os ajustes entre elementos de despesa da mesma origem de uma mesma unidade orçamentária.

**Art. 15** No cumprimento do que recomenda o Art. 100 da Constituição Federal, será incluída no orçamento verba necessária ao pagamento de débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciários.

**Art. 16** Poderá ocorrer limitação de empenho e movimentação financeira para atingir as metas de resultado primário ou nominal previstas no Anexo de Metas Fiscais, como renunciado na LRF, Art. 4º, inciso I, alínea b, que será proporcional aos ajustes no cronograma de desembolso.

**Parágrafo único.** Na hipótese da ocorrência do disposto no caput deste artigo, o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante de recursos indisponíveis para empenho e movimentação financeira.

**Art. 17** O Poder Executivo colocará à disposição da Câmara Municipal, para fins de elaboração da sua proposta parcial de orçamento, até o dia 30 de junho, as estimativas das receitas para o exercício subsequente.

**Art. 18** A Câmara Municipal, com fundamentos nas estimativas das receitas orçamentárias para o exercício subsequente, encaminhará ao Poder Executivo, até o dia 31 de agosto de 2018, a proposta do seu orçamento para fins de incorporação ao orçamento geral do Município.

**Art. 19** A execução da lei orçamentária para 2020 deverá ser realizada de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas à sua execução.

**Parágrafo único.** Será divulgado na Internet, nos termos da Lei Federal 9.755/98, de 16.12.1998 e Instrução Normativa nº 28, de 05 de maio de 1999, do Tribunal de Contas da União, ao menos:

**I - Pelo Poder Executivo:**

- a) Até o dia 31 de janeiro de 2020, a lei orçamentária para o exercício financeiro;
- b) Até noventa dias subsequentes ao mês vencido, os balancetes mensais de 2019;
- c) Até o dia 30 de abril de 2020, o balanço geral do Município.



## II – Pela Câmara Municipal:

a) Até noventa dias subsequentes ao mês vencido, os balancetes mensais de 2019;

**Art. 20** Na elaboração da proposta orçamentária, o Poder Executivo selecionará, do elenco estabelecido no Plano Plurianual, as prioridades a serem incluídas como despesas de investimentos, classificando-as como projetos, sempre considerando a capacidade financeira do Município.

**Art. 21** Os objetivos básicos da Administração Pública Municipal, a serem contemplados na Proposta Orçamentária para o exercício de 2020, se constituem, também, das diretrizes e metas constantes do Plano Plurianual para o período 2018 a 2021.

**Parágrafo Único.** O Plano Plurianual poderá ser reformulado para inclusão e adequação de programas, projetos e atividades decorrentes de novos programas de governo, e necessários ao desenvolvimento municipal.

**Art. 22** As operações de crédito em longo prazo terão finalidade específica de investimento.

**Art. 23** Nenhum investimento poderá ser feito sem que esteja previsto na lei orçamentária anual ou em créditos adicionais abertos para esse fim, mesmo constando o projeto ou atividade no plano plurianual de investimentos.

**Art. 24** Os investimentos já iniciados terão prioridade sobre os novos, e os gastos com estes últimos não poderão ocorrer à conta de anulação de dotações dos projetos já em andamento.

**Art. 25** Não poderão ser incluídas na Lei Orçamentária e suas alterações despesas à conta de "Investimentos em Regime de Execução Especial", ressalvados os casos de calamidade pública, previstos na legislação vigente.

## CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS POLÍTICAS DE PESSOAL

**Art. 26** A política de pessoal do Governo será exercida em obediência à Constituição Federal e Lei Complementar nº 101, ficando o Poder Executivo e Legislativo autorizados, para adequação, regularização e equilíbrio do quadro funcional, a adotar as seguintes medidas:

**I** – Contratação temporária para suprir eventuais necessidades de servidores, especialmente nas áreas de educação, saúde e assistência social.

**II** – Terceirização de mão-de-obra para os serviços de vigilância, de zeladoras, conservação de prédios e logradouros públicos, de limpeza pública, bem como de serviços especializados ligados à atividade-meio do Poder Executivo.

**III** – Proceder a concurso público para ocupação permanente dos cargos providos em caráter temporário;

**IV** - Proceder ao reajuste salarial, e a concessão de outras vantagens, nos termos da legislação pertinente, principalmente o § 1º do Art. 169 da Constituição

Federal, que recomenda a existência prévia de dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;

**Art. 27** O pagamento das despesas com pessoal e encargos sociais, terá prioridade sobre os custos de novos projetos.

## CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 28** Os projetos de Lei da reformulação do Plano Plurianual, das Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Anual serão encaminhados à Câmara Municipal e devolvidos para sanção nos prazos estabelecidos pela Constituição do Estado do Maranhão.

**Parágrafo Único.** Se os projetos de Lei de que trata este artigo não forem devolvidos para sanção nos prazos regulamentares serão promulgados como Lei pelo Poder Executivo:

- I - No dia 1º (primeiro) de agosto de 2019, a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO;
- II - No dia 1º (primeiro) de Janeiro de 2020, a Lei do Orçamento Anual - LOA.

**Art. 29** Os programas financiados com recursos do orçamento repassados pelo Município, provenientes de convênios, acordos, ajustes e contratos, deverão ter prestação de contas em separado para controle de custos e avaliação de resultados sem prejuízo da escrituração patrimonial e financeira comum, até o dia 30 de janeiro do ano subsequente, em atendimento ao recomendado na LRF, Art. 4º, inciso I, alínea a.

**Art. 30** As importâncias devidas ao Poder Legislativo serão repassadas em parcelas mensais e sucessivas, nos prazos previstos pela Emenda Constitucional nº 25.

**Parágrafo único.** A Câmara Municipal encaminhará, até o dia 31 de janeiro, o seu Balancete do mês de dezembro para fins de incorporação ao Balanço Geral do Município, a quem compete proceder à consolidação dos resultados, conforme determinado pela Lei Federal nº 4.320/64, art. 110, parágrafo único.

**Art. 31** Para continuar o incentivo ao desenvolvimento do Município e dar melhor atendimento à população, o Poder Executivo Municipal poderá efetuar despesas com órgãos de outros níveis de governo, e com entidades privadas, em ações que o Município não tenha competência institucional e condições materiais para executá-las, mas que é indispensável à estabilidade social e ao bem estar da comunidade, as quais serão concretizadas mediante instrumentos legais específicos, ficando autorizadas as formalizações através de convênios, quando necessários.

**Parágrafo Único** – Na hipótese de o convênio não ter sido assinado pela outra parte envolvida no acordo, mas que o Município possa comprovar, por seu turno, o atendimento de todas as providências para concretização do ato, as despesas serão aceitas como regulares.

**Art. 32** O Poder Executivo é autorizado, nos termos da Constituição Federal, a:

- I - Realizar operações de crédito por antecipação da receita, nos termos da legislação em vigor;
- II - Realizar operações de crédito até o limite estabelecido pela legislação em vigor;
- III - Abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 100% (cem por cento) do orçamento das despesas, nos termos da legislação vigente;
- IV - Efetuar transferência, transposição e remanejamento de recursos orçamentários, no âmbito de seus respectivos órgãos, elementos de despesa e projetos e atividades, a fim de manter em equilíbrio a execução da despesa pública no decorrer do exercício financeiro de 2020;
- V - Assinar convênios com o Governo Federal e Estadual para a execução de projetos e atividades constantes do orçamento municipal, ou previstos em créditos especiais abertos, ou em tramitação na Câmara Municipal.

**Parágrafo Único.** Estendem-se ao Poder Legislativo as prerrogativas dos incisos III, IV e V deste artigo.

**Art. 33** A concessão de auxílio financeiro diretamente a pessoas físicas tais como ajuda ou apoio financeiro e subsídio ou complementação na aquisição de bens, deverá observar ao disposto no artigo 26 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

**Art. 34** O Município poderá conceder ajuda financeira às entidades legalmente constituídas, desde que cadastradas nos órgãos próprios e que apresentem seus planos de aplicação aprovados pelos respectivos Conselhos.

**Parágrafo único.** A ajuda a ser concedida, que poderá consistir em transferências de recursos a entidades públicas e privadas, dar-se-á na forma de subvenção ou auxílio, sendo que as entidades beneficiadas sujeitar-se-ão à ação fiscalizadora do Governo Municipal e ao acompanhamento das ações dessas entidades para que apresentem o melhor resultado possível dentro de cada área.

**Art. 35** Visando o desenvolvimento do associativismo, o Governo Municipal poderá fazer parcerias ou contratações com associações comunitárias para a execução de obras e prestação de serviços.

**Art. 36** O Governo Municipal prestará assistência social individual ou coletivamente à pessoa ou grupo social que se encontre em situação de risco, ou em condições de vulnerabilidade.

**Parágrafo único.** Para as finalidades do disposto no caput deste artigo, será considerado abaixo da linha de pobreza o indivíduo ou a família com insuficiência de recursos econômicos para satisfazer as necessidades básicas mínimas de subsistência.

**Art. 37** A assistência social a que se refere o artigo anterior tem caráter de complementaridade, e de provisões suplementares e provisórias, prestadas aos cidadãos e

às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública, e poderá ser feita através de despesas com:

I – Cesta de alimentos a pessoas carentes;

II – Aluguel de veículos, passagens de ônibus e transporte em geral para os casos comprovados de pessoas em tratamento de saúde;

III – Aquisição de medicamentos quando os serviços de saúde do Município não possam atender pelos meios usuais de atendimento;

IV – Emissão de documentos pessoais;

V – Um funeral a pessoas carentes;

**Art. 38** A transferência de recurso a título de contribuição e auxílios a entidades para despesas correntes e de capital, além de atender ao que determina o artigo 12, parágrafos 2º e 6º da Lei nº 4320/1964, somente poderá ser efetivada mediante lei específica, observada a previsão da Lei Orçamentária ou em seus créditos adicionais.

**Art. 39** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE SUCUPIRA DO  
RIACHÃO, ESTADO DO MARANHÃO, em 22 de abril de 2019.**

  
\_\_\_\_\_  
Gilzania Ribeiro Azevedo  
Prefeita Municipal





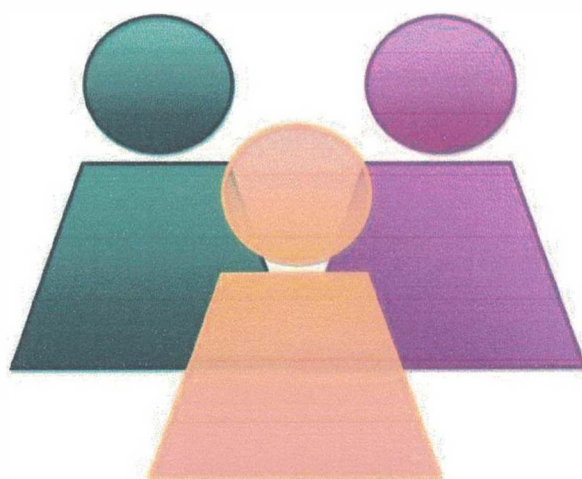
ESTADO DO MARANHÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SUCUPIRA DO RIACHÃO

# **Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO**

**2020**

## **ANEXOS**



**Uma Sucupira Para todos**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SUCUPIRA DO RIACHÃO**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

**ANEXO DE METAS E PRIORIDADES**  
**2020**

Constituição Federal, Art. 165, § 2º

**CÂMARA MUNICIPAL**

Processo Legislativo  
Promover as ações legislativas Municipais  
Investimentos a cargo da Câmara Municipal  
Manutenção e funcionamento da Câmara Municipal

**GABINETE DA PREFEITA**

Gestão Administrativa  
Manter os serviços de administração do Município  
Manutenção e funcionamento do Gabinete do Prefeito  
Manutenção das atividades de controle interno  
Manutenção e funcionamento da chefia de gabinete

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO GERAL**

Gestão Administrativa  
Manter os serviços de administração do Município  
Construção e restauração de prédios públicos  
Prestar assistência a pessoas de baixa renda  
Projetos especiais de ampliação e melhoria da rede física da administração municipal  
Informatização dos serviços da Prefeitura  
Manutenção dos serviços de administração geral  
Apoio e manutenção dos serviços referentes ao departamento de trânsito  
Suplementar a segurança oferecida pelo Governo Estadual  
Apoio às ações de policiamento e segurança pública  
Programa Municipal de Direitos Humanos  
Criação e manutenção da Junta de Serviço Militar do município  
Apoio às ações de defesa dos direitos da cidadania  
Capacitação de servidores direcionada à qualidade de atendimento

## **SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**

Amortização e Juros da Dívida Interna

Promover o pagamento de amortização e juros da dívida pública

Encargos com amortização e juros da dívida interna

Outros encargos Especiais

Promover o pagamento com outros encargos do governo

## **SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Serviços de Proteção Social Básica:

- a) Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)
- b) Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)
- c) Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas

Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade:

- a) Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Família e Indivíduos (PAEFI)
- b) Serviço Especializado em Abordagem Social
- c) Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas e Proteção de Serviços à Comunidade (PSC)
- d) Serviço de Proteção Social Especial para pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias
- e) Serviços Especializados para pessoas em situação de rua.

Serviço de Proteção Social Especial de Alta Complexidade:

- a) Serviço de Acolhimento Institucional, nas seguintes modalidades:

- Abrigo Institucional;
- Casa-Lar;
- Casa de Passagem;
- Residência Inclusiva

- b) Serviço de Acolhimento em República
- c) Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora
- d) Serviço de Proteção em Situação de Calamidade Pública e de Emergência

## **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

Gestão e expansão do sistema de saúde

Promover ações de saúde em nível primário de atendimento

Construção e ampliação de postos de saúde



---

Apoio e manutenção da farmácia básica e hospitalar  
Manutenção dos serviços municipais de saúde  
Programas Especiais de Saúde  
Apoio ao programa NUCLEO DE APOIO A SAUDE DA FAMILIA-NASF  
Manter parcerias com outros entes governamentais para melhoria dos serviços de saúde  
Ações com programas especiais de saúde  
Apoio e manutenção do Tratamento Fora do Domicílio – TFD Apoio e  
Manutenção do Programa de Saúde da Família - PSF  
Apoio e manutenção do hospital municipal Mestre Alberto Leite de Sousa  
Apoio e manutenção aos programas desenvolvidos pelos agentes da FUNASA  
Apoio e manutenção ao programa dos agentes comunitários de saúde - PACS  
Apoio e manutenção ao programa dos agentes de combate as endemias Apoio  
e manutenção aos agentes da vigilância sanitária

## **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

Gestão e Expansão do Ensino Fundamental;  
Garantir acesso e permanência dos estudantes no Ensino Fundamental;  
Construção, ampliação e recuperação de unidades escolares, na zona Rural e Urbana;  
Aquisições de carteiras, computadores, armários, cadeiras e outros materiais e utensílios;  
Construção, ampliação e recuperação de prédios de apoio à educação  
Projetos especiais de desenvolvimento da educação;  
Programa Nacional de Transporte Escolar - PNATE;  
Manutenção e desenvolvimento do Ensino Fundamental – outros recursos;  
Programas Especiais de Educação;  
Manter parcerias com outros entes governamentais para ampliação e melhoria do Ensino Municipal;  
Ações do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE  
Ações do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE  
Ações do Programa de Educação de Jovens e Adultos – EJA  
Apoio a melhoria da qualidade da merenda escolar;  
Manter parcerias com o Estado para manutenção e desenvolvimento do Ensino Médio;  
Manutenção de material de expediente para a Secretaria e escolas da Rede Municipal de Ensino;  
Apoio a criação de polo de Ensino Superior;

Ações do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC;  
Ações do Programa Mais Educação;  
Fornecimento de fardamento escolar aos alunos da rede pública;  
Estimular o desenvolvimento da Cultura;  
Manutenção da Biblioteca Pública Municipal;

---

Projetos especiais de desenvolvimento Sócio – Cultural  
Manutenção e preservação do Patrimônio Histórico;  
Formação Continuada dos Profissionais de Educação da Rede Municipal de Ensino;  
Garantir a execução do Estatuto e do Plano de Carreira, Cargos e Remuneração dos Profissionais do Magistério;  
Garantir, em 5 anos, oferta de Atendimento Educacional Especializado – AEE, pelo menos em 80%, e em 10 anos, em 100% da Rede Municipal de Ensino, em salas de Recursos Multifuncionais;  
Oferecer, em regime de colaboração com o Estado e a União, no mínimo, 25% das matrículas de Educação de Jovens e Adultos – EJA, na forma integrada à Educação Profissional, no Ensino Fundamental e Médio;  
Incentivar em regime de colaboração Pós - graduação *Stricto Sensu* para os Profissionais da Educação da Rede, até o final da Vigência desse PME;  
Assegurar condições, para a Efetivação da Gestão Democrática da Educação, na Rede Municipal de Ensino, em Escolas que tenham acima de 80 (oitenta) alunos matriculados;  
Ofertar Educação Integral em Jornada Ampliada em, no mínimo, 30% das escolas públicas, de modo a atender 15% dos alunos da Educação Básica, até o ano de 2018.

## **SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, DESPORTO E LAZER**

Manutenção das atividades de apoio ao turismo amador  
Manutenção da quadra poliesportiva Henrique Severino de Oliveira  
Incentivar e apoiar as práticas esportivas amadoras  
Construção de quadras de esportes na sede e zona rural  
Construção de campos de futebol na sede e zona rural do município  
Projetos especiais de desenvolvimento do esporte amador  
Manutenção das atividades esportivas

Apoio e Estímulo ao Lazer

Manutenção dos campos de futebol da sede e zona rural

Projetos especiais de construção e aproveitamento de áreas de lazer

Criação de escolinha de futebol

Manutenção de atividades para o lazer comunitário

Apoio e manutenção dos campeonatos de futebol do município

Apoio e manutenção a prática de futebol "sênior" (veteranos)

Apoio e manutenção das festividades do Carnaval Popular do município

---

Apoio e manutenção dos festejos da sede e zona rural

Apoio as festividades comemorativas à data de aniversário da cidade    Apoio as festividades juninas nas zonas urbana e rural.

## **SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA**

Ampliar a capacidade de abastecimento do município

Manutenção de centrais de produção e abastecimento

Instalação de sistemas experimentais de irrigação

Reforma do mercado da sede e implantação de feira livre

Expansão da agricultura irrigada

Manutenção das atividades de extensão rural

Desenvolver ações para o aumento da produção agropastoril e o escoamento da produção

Construção de poços e reservatórios d'água

Implantação e manutenção de redes de energia elétrica

Implantação de hortas comunitárias e viveiros de mudas em geral

Projetos especiais de produção

Implantação de sistemas de telefonia rural

Apoio e manutenção de ações para melhoria da pecuária

Construção e manutenção de açudes para criação de peixes

Aração de terras agricultáveis para pequenos produtores

## **SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA**

Serviços de Utilidade Pública

Construção de fossas domiciliares na sede do município

Construção de calçamento na sede e zona rural

Construção de praças na sede do Município

Construção de praças na zona rural

Construção de um parque de vaquejada

Construção e ampliação de cemitérios na sede e zona rural do município

Projetos especiais de urbanização

Construção de um parque de diversão

Manutenção e conservação de vias urbanas

Construção de lavanderias na sede do município

Construção de um matadouro na sede

Melhoria habitacional na zona rural

Apoio às ações de melhoria de habitações populares

Construção e recuperação de chafarizes

Projetos especiais de saneamento básico rural e urbano

Construção de pontes

Apoio às ações de melhoria de habitações populares

Ampliação e melhoria da rede rodoviária municipal

Construção de passagens molhadas

Construção de sistemas simplificados de abastecimento d'água

Construção de fossas domiciliares na zona rural

Construção e recuperação de lavanderias públicas

Construção de um centro social

## **SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS**

Auxiliar no combate à degradação do meio ambiente

Projetos especiais de preservação e defesa do meio ambiente

Projetos de cunho educacional com o meio ambiente

Apoio a projetos de combate às queimadas



Apoio a projetos de combate ao desmatamento  
Manutenção da secretaria

**PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO**

Manutenção dos serviços realizados pela Procuradoria

**CONTROLADORIA GERAL DO MUNICIPIO**

Manutenção dos serviços realizados pela Controladoria

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SUCUPIRA DO RIACHÃO**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**

**I - METAS ANUAIS**

2020

AMF – Demonstrativo 1 (LRF, art 4º, § 1º)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2020				2021				2022			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	% RCL (a / RCL) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	% RCL (b / RCL) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100	% RCL (b / RCL) x 100
Receita Total	29.332.261,75	30.508.485,45	294.079.304,10	123,93	30.652.213,53	31.881.367,29	294.079.304,10	123,93	32.031.563,14	33.316.028,82	294.079.304,10	123,93
Receitas Primárias ( I )	29.332.261,75	30.508.485,45	294.079.304,10	123,93	30.652.213,53	31.881.367,29	294.079.304,10	123,93	32.031.563,14	33.316.028,82	294.079.304,10	123,93
Despesa Total	29.332.261,75	30.502.461,71	294.021.239,70	123,90	30.652.213,53	31.869.046,03	293.965.650,67	123,88	32.013.387,12	33.297.123,94	293.912.431,50	123,86
Despesas Primárias ( II )	29.204.727,75	30.375.837,33	292.800.674,10	123,39	30.513.146,39	31.736.723,56	292.745.085,07	123,37	31.880.441,27	33.158.846,96	292.691.865,90	123,34
Resultado Primário (III) = ( I - II )	127.534,00	132.648,11	1.278.630,00	0,54	139.067,14	144.643,73	1.334.219,03	0,56	151.121,87	157.181,86	1.387.438,21	0,58
Resultado Nominal	(6.774.097,84)	(7.045.739,16)	(67.915.730,34)	(28,62)	(7.078.932,24)	(7.362.797,43)	(67.915.730,34)	(28,62)	(7.397.484,20)	(7.694.123,31)	(67.915.730,34)	(28,62)
Dívida Pública Consolidada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Consolidada Líquida	(3.461.580,56)	(3.600.389,94)	(34.705.104,25)	(14,63)	(3.617.351,68)	(3.762.407,49)	(34.705.104,25)	(14,63)	(3.780.132,51)	(3.931.715,82)	(34.705.104,25)	(14,63)
Receitas Primárias advindas de PPP (IV)	-	-	0,00	0,00	-	-	0,00	0,00	-	-	0,00	0,00
Despesas Primárias geradas por PPP (V)	-	-	0,00	0,00	-	-	0,00	0,00	-	-	0,00	0,00
Impacto do saldo das PPP (VI) = (IV-V)	-	-	0,00	0,00	-	-	0,00	0,00	-	-	0,00	0,00
Fonte: /Relatórios da LRF												

**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**II - AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR**  
 2020

AMF – Demonstrativo 2 (LRF, art 4º, § 2º, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2018	% PIB	% RCL	Metas Realizadas em 2018	% PIB	% RCL	Variação	
							Valor (c)=(b-a)	% (c/a)x100
I - Receita Total	25.924.000,00	272.884.210,53	120,54	15.612.917,56	164.346.500,63	101,20	(10.311.082,44)	(39,77)
II - Receitas Primárias (I)	25.911.100,00	272.748.421,05	120,48	15.612.917,56	164.346.500,63	101,20	(10.298.182,44)	(39,74)
III - Despesa Total	25.924.000,00	272.884.210,53	120,54	13.834.680,81	145.628.219,05	89,68	(12.089.319,19)	(46,63)
IV - Despesas Primárias (II)	25.911.400,00	272.751.578,95	99,95	13.815.002,55	145.421.079,47	89,55	(12.096.397,45)	(46,68)
V - Resultado Primário ( I - II )	(300,00)	(3.157,89)	(0,00)	1.797.915,01	18.925.421,16	11,65	1.798.215,01	(599.405,00)
VI - Resultado Nominal	-	-	-	(3.169.873,00)	(33.367.084,18)	(20,55)	(3.169.873,00)	-
VII - Dívida Pública Consolidada	-	-	-	-	-	-	-	-
VIII - Dívida Consolidada Líquida	-	-	-	(3.169.873,00)	(33.367.084,18)	(20,55)	(3.169.873,00)	-

Fonte: / Relatórios da LRF

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SUCUPIRA DO RIACHÃO**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**

**III - METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NO TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES 2020**

AMF – Demonstrativo 3 (LRF, art 4º, § 2º, inciso II)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2017	2018	%	2019	%	2020	%	2021	%	2022	%
	Receita Total	14.775.570,61	15.612.917,56	5,67	28.069.150,00	79,78	29.332.261,75	4,50	30.652.213,53	4,50	32.031.563,14
Receitas Primárias ( I )	14.775.570,61	15.612.917,56	5,67	28.069.150,00	79,78	29.332.261,75	4,50	30.652.213,53	4,50	32.031.563,14	4,50
Despesa Total	13.970.323,43	13.834.680,81	(0,97)	28.069.150,00	102,89	29.326.470,25	4,48	30.640.367,31	4,48	32.013.387,12	4,48
Despesas Primárias ( II )	13.880.281,03	13.815.002,55	(0,47)	27.952.650,00	102,34	29.204.727,75	4,48	30.513.146,39	4,48	31.880.441,27	4,48
Resultado Primário (III) = ( I - II )	895.289,58	1.797.915,01	100,82	116.500,00	(93,52)	127.534,00	9,47	139.067,14	9,04	151.121,87	8,67
Resultado Nominal	-	(3.169.873,00)	-	(6.482.390,28)	104,50	(6.774.097,84)	4,50	(7.078.932,24)	4,50	(7.397.484,20)	4,50
Dívida Pública Consolidada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Consolidada Líquida	-	(3.169.873,00)	-	(3.312.517,28)	4,50	(3.461.580,56)	4,50	(3.617.351,68)	4,50	(3.780.132,51)	4,50

ESPECIFICAÇÃO	2017	2018	%	2019	%	2020	%	2021	%	2022	%
	Receita Total	15.211.449,94	16.198.401,97	6,49	29.194.722,92	80,23	30.508.485,45	4,50	31.881.367,29	4,50	33.316.028,82
Receitas Primárias ( I )	15.211.449,94	16.198.401,97	6,49	29.194.722,92	80,23	30.508.485,45	4,50	31.881.367,29	4,50	33.316.028,82	4,50
Despesas Total	14.382.447,97	14.353.481,34	(0,20)	29.194.722,92	103,40	30.502.461,71	4,48	31.869.046,03	4,48	33.297.123,94	4,48
Despesas Primárias ( II )	14.289.749,32	14.333.065,15	0,30	29.073.551,27	102,84	30.375.837,33	4,48	31.736.723,56	4,48	33.158.846,96	4,48

Resultado Primário (III) = ( I - II )	921.700,62	1.865.336,82	102,38	121.171,65	(93,50)	132.648,11	9,47	144.643,73	9,04	157.181,86	8,67
Resultado Nominal	-	(3.288.743,23)	-	(6.742.334,13)	105,01	(7.045.739,16)	4,50	(7.362.797,43)	4,50	(7.694.123,31)	4,50
Dívida Pública Consolidada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Consolidada Líquida	-	(3.288.743,23)	-	(3.445.349,22)	4,76	(3.600.389,94)	4,50	(3.762.407,49)	4,50	(3.931.715,82)	4,50

Fonte: / Relatórios da LRF

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SUCUPIRA DO RIACHÃO**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**V - ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS**  
**2020**

AMF – Demonstrativo 5 (LRF, art 4º, § 2º, Inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2018	2017	2016
<b>RECEITAS DE CAPITAL – ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)</b>	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-
Rendimentos de Aplicações Financeiras	-	-	-



<b>DESPESAS EXECUTADAS</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
<b>APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)</b>	-	-	-
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	-	-	-
Investimentos	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-
Amortização/Refinanciamento da Dívida	-	-	-
<b>DESPESAS DECORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA</b>	-	-	-
Regime Geral de Previdência Social	-	-	-
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	-	-	-
<b>SALDO FINANCEIRO</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
<b>VALOR (III)</b>	-	-	-

Fonte: / Relatórios da LRF

**RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES  
PLANO PREVIDENCIÁRIO**

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2016	2017	2018
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	0,00	0,00	0,00
<b>Receita de Contribuições dos Segurados</b>	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
<b>Receita de Contribuições Patronais</b>	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
<b>Receita Patrimonial</b>	0,00	0,00	0,00
Recotas Imobovias	0,00	0,00	0,00
Receita de Valores Mobovias	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00
<b>Receita de Serviços</b>	0,00	0,00	0,00
<b>Outras Receitas Correntes</b>	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Aportes Rendidos para Amortização do Déficit Atuarial do RPPS (II)†	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS DE CAPITAL (II)</b>	0,00	0,00	0,00
Avaliação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00

Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIARIAS RPPS - (III) = (I + II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DESPESAS PREVIDENCIARIAS - RPPS</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>
<b>ADMINISTRAÇÃO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
<b>PREVIDÊNCIA (V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Benefícios - Civis	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00
Períodos	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Militares	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00
Períodos	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIARIAS RPPS (VI) = (IV + V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

<b>RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>
VALOR	0,00	0,00	0,00
<b>RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>
VALOR	0,00	0,00	0,00
<b>APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0,00	0,00	0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00
<b>BENS E DIREITOS DO RPPS</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00	0,00	0,00

Investimentos e Aplicações	0,00	0,00	0,00
Outros bens e Direitos	0,00	0,00	0,00
<b>PLANO FINANCEIRO RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPB</b>			
	2016	2017	2018
<b>RECEITAS CORRENTES (VII)</b>	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES DOS SEGURADOS</b>	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS</b>	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITA PATRIMONIAL</b>	0,00	0,00	0,00
Recetas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00
Recetas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00
Outras Recetas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITA DE SERVIÇOS</b>	0,00	0,00	0,00
<b>Outras Receitas Correntes</b>	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RQPS para o RPPB	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS DE CAPITAL (IX)</b>	0,00	0,00	0,00

**RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)**

Afetação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (V) = (VII + III)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

<b>DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>
<b>ADMINISTRAÇÃO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
<b>PREVIDÊNCIA (XII)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Benefícios - Civil	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (XIII) = (XI + XII)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XIV) = (X) - (XIII)**

<b>APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00
Fonte: Balanetes do RPPS			
	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SUCUPIRA DO RIACHÃO**  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
 ANEXO DE METAS FISCAIS  
**PROJEÇÃO ATUARIAL DO RPPS**  
 2020

AMF – Demonstrativo 6 (LRF, art 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ milhares

EXERCÍCIO	Receitas Previdenciárias	Despesas Previdenciárias	Resultado Previdenciário	Saldo Financeiro do Exercício
	( a )	( b )	( c ) = ( a - b )	( d ) = ( d Exercício anterior ) + c
2019				
2020			0,00	0,00
2021			0,00	0,00
2022			0,00	0,00
2023			0,00	0,00
2024			0,00	0,00
2025			0,00	0,00
2026			0,00	0,00
2027			0,00	0,00
2028			0,00	0,00
2029			0,00	0,00
2030			0,00	0,00
2031			0,00	0,00
2032			0,00	0,00
2033			0,00	0,00
2034			0,00	0,00
2035			0,00	0,00
2036			0,00	0,00
2037			0,00	0,00
2038			0,00	0,00
2039			0,00	0,00
2040			0,00	0,00
2041			0,00	0,00
2042			0,00	0,00
2043			0,00	0,00

2044			0,00	0,00
2045			0,00	0,00
2046			0,00	0,00
2047			0,00	0,00
2048			0,00	0,00
2049			0,00	0,00
2050			0,00	0,00
2051			0,00	0,00
2052			0,00	0,00
2053			0,00	0,00
2054			0,00	0,00
2055			0,00	0,00
2056			0,00	0,00
2057			0,00	0,00
2058			0,00	0,00
2059			0,00	0,00
2060			0,00	0,00
2061			0,00	0,00
2062			0,00	0,00
2063			0,00	0,00
2064			0,00	0,00
2065			0,00	0,00
2066			0,00	0,00
2067			0,00	0,00
2068			0,00	0,00
2069			0,00	0,00
2070			0,00	0,00
2071			0,00	0,00
2072			0,00	0,00
2073			0,00	0,00

2074			0,00	0,00
2075			0,00	0,00
2076			0,00	0,00
2077			0,00	0,00
2078			0,00	0,00
2079			0,00	0,00
2080			0,00	0,00
2081			0,00	0,00
2082			0,00	0,00
2083			0,00	0,00
2084			0,00	0,00
2085			0,00	0,00
2088			0,00	0,00
2087			0,00	0,00
2088			0,00	0,00
2089			0,00	0,00
2090			0,00	0,00
2091			0,00	0,00
2092			0,00	0,00
2093			0,00	0,00







**PREFEITURA MUNICIPAL DE SUCUPIRA DO RIACHÃO**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE RISCOS FISCAIS**  
**DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS**  
2020

ARF (LRF, art 4º, § 3º)

R\$ 1,00

<b>PASSIVOS CONTINGENTES</b>		<b>PROVIDÊNCIAS</b>	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais			
Dividas em Processo de Reconhecimento			
Avais e Garantias Concedidas			
Assunção de Passivos			
Assistências Diversas			
Outros Passivos Contingentes			
<b>SUBTOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>0,00</b>

<b>DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS</b>		<b>PROVIDÊNCIAS</b>	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
	100.000,00	Modernização do setor tributário/arrecadação e treinamento de pessoal do setor de planejamento	100.000,00
Frustração de Arrecadação			
Restituição de Tributos a Maior			
Discrepância de Projeções:			
Outros Riscos Fiscais			
<b>SUBTOTAL</b>	<b>100.000,00</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>100.000,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>100.000,00</b>	<b>TOTAL</b>	<b>100.000,00</b>

FONTE: /RELATÓRIOS DA LRF